

## EDITAL 90612/2024

A **Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR**, por meio da Diretoria de Administração – DIRAD/PRAF, por intermédio da Divisão de Licitações, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

MODALIDADE	Nº DO PROTOCOLO	Nº DO COMPRAS GOV
Pregão Eletrônico	21.689.135-0	90612/2024
03 LOTES		
IMPORTANTE		
PROVEDOR ELETRÔNICO:	COMPRAS.GOV	
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	A partir das 08h00min do dia 08/08/2024.	
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	Dia 22/08/2024 às 10h00min.	
TIPO DE LICITAÇÃO	MENOR PREÇO	
PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO	Protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura do certame.	

### 1 OBJETO: com base no termo de referência

Processo licitatório para contratação de empresa para prestação de serviços especializados seguros de veículos, com foco na cobertura abrangente dos veículos pertencentes à frota da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). A contratação de seguros visa garantir a segurança e a proteção dos veículos contra diversos tipos de danos, incluindo roubo, furto, incêndio, colisão e outros sinistros.

**2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:** R\$ 53.960,89 (Cinquenta e Três Mil e Novecentos e Sessenta Reais e Oitenta e Nove Centavos)

### 3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: 4546.12.364.34.8131  
Elemento da despesa: 3390.3969  
Fonte: 500

#### 4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Portal de Compras do Governo Federal - Compras.Gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é <https://www.gov.br/compras/pt-br>

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, por meio do e-mail [amarildo.barreto@unespar.edu.br](mailto:amarildo.barreto@unespar.edu.br) ou pelo site do Portal da Transparência do Estado do Paraná, <http://www.transparencia.pr.gov.br>, ou pelo Portal Nacional de Compras Públicas, <https://pncp.gov.br/>, ou pelosistema GMS do Paraná, <https://www.gms.pr.gov.br>

Os trabalhos serão conduzidos pelo **pregoeiro**, Sr. Amarildo Barreto, e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria nº. 563/2023, servidores da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR.

**E-mail:** [amarildo.barret@unespar.edu.br](mailto:amarildo.barret@unespar.edu.br)

**Telefones:** (43) 3420-5708

Endereço: Avenida Rio Grande do Norte, n.º 1.525 – Paranavaí / Paraná – CEP 87.701-020

**O atendimento será feito no horário das 08h30min às 11h30 e das 13h30min às 16h30.**

#### 5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

##### 5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no site <https://www.gov.br/compras/pt-br> pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

##### 5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser:

- a. Enviadas por meio eletrônico [amarildo.barreto@unespar.edu.br](mailto:amarildo.barreto@unespar.edu.br), observando as regras dispostas no item das condições gerais deste Edital.
- b. Protocoladas no protocolo da **Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR**, localizada na Avenida **Rio Grande do Norte, n.º. 1.525 – CEP 87.701-020 – Paranavaí/Paraná**, em atenção a **Amarildo Barreto**.

##### 5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados com o servidor responsável pela condução do pregão.

#### 6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

**6.1** A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

**6.2** A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, Lei Complementar Estadual nº 163/2013, bem como as suas devidas alterações e demais normas que tratam de licitações e contratações públicas, no que couber.

## **CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

### **1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS**

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

### **2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor global e unitário por lote, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados.

2.2 O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), serão desclassificadas.

### **3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:**

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

### **4 PROPOSTA PARCIAL:**

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

### **5 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:**

5.1. Não cabe a participação de pessoas jurídicas ME/EPP/MEI na presente licitação, haja vista, que somente as empresas cuja natureza jurídica é constituída por meio de Sociedade Anônima podem operar com seguros privados, sendo que as ME/EPP/MEI não apresentam esta condição.

5.2 Nos termos do contido no art. 49, inciso II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, na presente licitação não será possível a aplicação da reserva de cotas ou de produção de lotes exclusivos para ME/EPP/MEI, considerando que:

i) a prestação de serviço em questão apresenta características em que o contrato de seguro somente pode ser celebrado com sociedade seguradora, devidamente autorizada pela SUSEP. Portanto mesmo o valor máximo do certame sendo inferior aos R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) opta-se por manter lote Ampla Concorrência, cumprindo o descrito na [LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002, Art. 757.](#)

### **6 CONSÓRCIO:**

6.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

**7 ANEXOS:**

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Minuta de Contrato;
- Anexo VII – Declaração LGPD;

## **CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO**

### **1 DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

**1.1** O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal - Compras.Gov, na página <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

**1.2** O pregão será conduzido por servidor público denominado pregoeiro, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual Compras.Gov.

**1.3** O pregoeiro exercerá as atribuições previstas no artigo 57 do Decreto Estadual/PR nº 10.086/2022.

**1.4** Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual Compras.Gov, conforme instruções que podem ser obtidas na página <http://www.gov.br/compras/pt-br/> ou, ainda, por meio do telefone 0800.978.9001 (suporte técnico).

**1.4.1** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual Compras.Gov. implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à Concorrência eletrônica em tela.

**1.5** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** O artigo 87, § 3.º da Lei Federal n.º 14.133/2021 estabelece que a Administração poderá realizar licitação restrita a cadastrados no PNCP.

**2.1.1.** Poderão participar deste Pregão empresas com ramo de atuação pertinente ao objeto da licitação, e que estejam com cadastro regular no Portal Nacional de Contratações Pública – PNCP e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

**2.2.** Poderão participar da licitação pessoas jurídicas com ramo de atuação pertinente ao objeto da licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

**2.3.** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas do ComprasGov, obtidas junto ao site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

**2.4.** Recomenda-se também a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR), por intermédio do portal de compras do Governo do Estado do Paraná ([www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br)) na opção “CADASTRO UNIFICADO DE FORNECEDORES – CAU/PR”, nos termos do Decreto Estadual nº 9.762/2013 e conforme definição no Inciso XLVI do Artigo 2 do Decreto Estadual/PR 10.086/2022.

**2.5.** Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

**2.5.1.** tenham sido declaradas inidôneas no âmbito municipal, do Distrito Federal, estadual ou federal da Administração Pública;

**2.5.2.** estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária em âmbito estadual;

**2.5.3.** estejam cumprindo penalidade de impedimento de licitar;

**2.5.4.** constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme itens 2.5.1 e 2.5.2, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

**2.5.5.** tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.5.3;

**2.5.6.** não funcionem no País, se encontrem sob falência, concordata, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

**2.5.7.** mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou

**Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR**

Avenida Rio Grande do Norte, 1525 | Paranavaí-Paraná | Telefone: (44) 3482-3200

parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.5.8.** o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

**2.5.8.1.** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

**2.5.9.** No caso de lote exclusivo ou de cota reservada para ME/EPP/MEI os licitantes que não se enquadrem como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual - MEI, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 163/2013, e Lei Complementar Federal n.º 123/2006.

**2.5.10.** As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**2.6.** A participação nesta licitação implica a aceitação das condições estabelecidas no Edital e na legislação aplicável.

**2.7.** Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no Edital.

**2.8.** O pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

### **3 PROPOSTA INICIAL**

**3.1** Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

**3.1.1** o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

**3.1.2** a sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Estadual n.º 163/2013, Lei Complementar Federal nº 123/2006.

**3.2** A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

**3.2.1** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistências das propostas.

**3.3** Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003 - CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

**3.3.1** Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

**3.4.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**3.5** O Pregoeiro, verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, especialmente no tocante ao preço máximo fixado.

### **4. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**4.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**4.2.** No dia e horário previstos no Edital, terá início a sessão pública na internet, com a divulgação das propostas de preço.

**4.2.1.** Os licitantes participarão da sessão pública com o uso da chave de acesso e senha do sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal - Compras.Gov.

**4.3.** O pregoeiro avaliará e desclassificará as propostas que não estejam de acordo com os requisitos do edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR**

Avenida Rio Grande do Norte, 1525 | Paranavaí-Paraná | Telefone: (44) 3482-3200



**4.3.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**4.3.2.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**4.3.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**4.4.** Classificadas as propostas, os licitantes poderão ofertar lances por meio do sistema de compras eletrônicas.

**4.4.1.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**4.4.2.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

**4.4.3.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**4.4.4.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

**4.4.5.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**4.4.6.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**4.4.7.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (Um Centavo).

**4.4.8.** A cada lance ofertado, os licitantes conectados ao sistema serão informados em tempo real do recebimento, horário de registro e valor, sem identificação do autor do lance.

**4.4.9.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**4.4.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**4.4.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 5 (cinco) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**4.4.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**4.4.13.** Não serão aceitos lances de mesmo valor, prevalecendo o primeiro registrado.

**4.4.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

**4.4.15.** Os licitantes poderão ofertar lance com valor superior aos lances registrados, desde que inferior ao seu próprio lance anterior.

**4.4.16.** O pregoeiro encerrará o tempo normal de disputa mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente, a partir do qual correrá prazo de até trinta minutos (tempo randômico) para o encerramento da recepção de lances. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro, sempre que possível, deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento.

**4.4.17.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**4.5.** Encerrada a disputa, o arrematante entregará, no prazo de postagem de até 03 (três), dias úteis posteriores à data do encerramento da sessão Pública do Pregão, independente de comunicação do pregoeiro, os documentos mencionados nos itens 4.5.1 a 4.5.4, no seguinte endereço eletrônico:

- amarildo.barreto@unespar.edu.br
- Aos cuidados de Amarildo Barreto (Pregoeiro).

- 4.5.1.** Os documentos de habilitação (Anexo II);
- 4.5.2.** O descritivo da proposta (Anexo III);
- 4.5.3.** A procuração, quando for o caso, e identificação (RG) do representante do licitante no pregão (Anexo IV);
- 4.5.4.** A declaração (Anexo V);
- 4.5.5.** A declaração (Anexo VII - Declaração LGPD).

**4.6.** Recebidos os documentos, o pregoeiro examinará o descritivo das propostas e as condições de habilitação do arrematante.

- 4.6.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**4.7.** Se a proposta não for aceitável ou não forem atendidas as condições de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

**4.8.** Constatando-se o atendimento às exigências fixadas no Edital, o pregoeiro declarará o vencedor.

**4.9.** No caso de desconexão do pregoeiro com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, e permanecendo o mesmo acessível aos licitantes, a etapa terá continuidade para a recepção de lances, devendo o pregoeiro, assim que for possível, retomar sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

- 4.9.1.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício no dia e horário previamente fixados no sistema de compras eletrônicas.

**4.10.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

## **5. DO JULGAMENTO**

**5.1.** As propostas que atenderem as especificações do Edital serão classificadas de acordo com o menor preço.

**5.2.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do Edital, com valor em desacordo com o critério de aceitabilidade fixado no Edital ou com valor manifestamente inexecutável, comparados aos percentuais de mercado.

**5.2.1.** Não serão aceitas as propostas acima do valor máximo fixado no termo de referência, Anexo I deste edital.

**5.2.2.** Considera-se inexecutável a proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de percentual, incompatíveis com os valores de mercado.

**5.3.** Serão assegurados os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, às microempresas e empresas de pequeno porte, que declararem e comprovarem regularmente essa condição

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**6.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.1.1.** Valor global e unitário do lote;

**6.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado

**6.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento

**Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR**

Avenida Rio Grande do Norte, 1525 | Paranavaí-Paraná | Telefone: (44) 3482-3200



dos bens ou serviço.

Protocolo nº 21.689.135-0

GMS nº 612/2024 (página 9 de 51)

**6.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva

responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.5** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.6** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

## **7. DA CONCORRÊNCIA DA LICITAÇÃO**

**7.1.** Tratando-se de licitação para Ampla Concorrência com ressalvas ao item 5.1.

## **8. OS RECURSOS**

**8.1** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, manifestar motivadamente a intenção de recorrer, tendo o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, fisicamente ou por meio eletrônico.

**8.1.1.** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 03 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, fisicamente ou por meio eletrônico.

**8.1.2.** Caso os licitantes optem pelo envio das razões de recurso e contrarrazões por meio eletrônico, terão até 03 (três) dias úteis para o envio postal do documento original com o mesmo teor, contados após o respectivo envio do documento eletronicamente, sob pena de não conhecimento do recurso.

**8.1.2.1.** A cópia do comprovante do envio postal deverá ser encaminhada, no mesmo prazo de 03 (três) dias úteis, para o endereço eletrônico indicado neste Edital, sob pena de não conhecimento do recurso.

**8.1.3.** Caso as razões de recurso ou as contrarrazões estejam assinadas digitalmente, assim como os seus anexos, será dispensada a apresentação do documento físico, após a devida verificação de autenticidade, que será juntada ao processo licitatório.

**8.1.4.** Na hipótese do item 8.1.2 os licitantes poderão, também, realizar o protocolo físico do original, no mesmo prazo de 03 (três) dias úteis, no endereço indicado neste Edital.

**8.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, e a não apresentação das razões do recurso no prazo fixado, implicarão na decadência do direito de interposição do recurso.

**8.3.** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pela licitante, não serão conhecidas pelo pregoeiro.

**8.4.** O processo licitatório poderá ser consultado por qualquer interessado no endereço informado no edital.

**8.5.** O provimento de qualquer recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**9.1.** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo pregoeiro à autoridade máxima para adjudicação e homologação. Caso haja recurso, quando mantida a decisão pelo pregoeiro, caberá à autoridade superior a adjudicação do objeto licitado.

**9.2.** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto for dividido em lotes.

## 10. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

Protocolo nº 21.689.135-0

GMS nº 612/2024 (página 10 de 10)

**10.1.** O adjudicatário será notificado para assinar o Contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste Edital.

**10.2.** Para a assinatura do Contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá obrigatoriamente estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser

mantidas pelo licitante durante toda a vigência do Contrato.

**10.3.** Antes da assinatura do Contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466/2015.

**10.4.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

**10.5.** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 10.2 e 10.3 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá convocar o(s) licitante(s) seguinte(s) na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação.

**10.5.1.** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

**10.6.** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste Edital.

**10.7.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**10.8** Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

**10.9** Existe a previsão de prorrogação do contrato conforme descrito no termo de referência e na minuta do contrato anexados a este Edital, em respeito ao disposto no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021

## 11 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1.** O licitante e a empresa Contratada que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

- advertência;
- multa;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

- e) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

**11.2.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” do item anterior poderão ser aplicadas ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado, cumulativamente com a multa.

**11.3.** Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

**11.4.** A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

- a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;
- b) não mantiver sua proposta;
- c) apresentar declaração falsa;
- d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.

**11.5.** A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou foi arrematante, será aplicada a quem:

- a) apresentar documento falso;
- b) e forma injustificada, deixar de assinar o Contrato, ou instrumento equivalente;
- c) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

**11.6.** Multa de mora diária de até 0,3% (zero vírgula três por cento), calculada sobre o valor global do Contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega do objeto contratual; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória prevista no item 11.7.

**11.7.** A multa, de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do Contrato.

**11.8.** A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, será aplicada ao licitante que:

- a) abandonar a execução do Contrato;
- b) incorrer em inexecução contratual.

**11.9.** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:

- a) fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- b) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- c) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- e) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- f) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 12.529/2011;
- g) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

**11.10.** O impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicado a quem:

- a) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) apresentar documentação falsa;

- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo, fora das hipóteses previstas no item 11.9;
- h) cometer fraude fiscal.

**11.11.** Fora das hipóteses do item 11.12, compete ao órgão gerenciador do contrato aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades previstas no item 11, mediante prévia autorização da autoridade competente.

**11.11.1.** Na hipótese do item 11.11, a autoridade máxima do órgão gerenciador do contrato é a autoridade competente para impor as penalidades previstas no item 11.1, alíneas “c”, “d” e “e”.

**11.12.** Cabe ao órgão e/ou entidade contratante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado no instrumento contratual, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências no Sistema GMS.

**11.12.1.** Na hipótese do item 11.12, a autoridade máxima do órgão e/ou entidade contratante é a autoridade competente para impor as penalidades previstas no item 11.1, alíneas “c”, “d” e “e”.

**11.13.** Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

- a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas na alínea “a”.

**11.14.** Na aplicação das sanções, a Administração observará as seguintes circunstâncias:

- a) proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- b) os danos resultantes da infração;
- c) situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
- d) reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

**11.15.** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

**11.16.** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos Contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846/2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto Estadual n.º 10.271/2014.

**11.17.** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

## **12 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** Todas as referências de tempo deste Edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**12.2.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no Edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**12.3.** É facultado ao pregoeiro a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**12.4.** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

**12.5.** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará

na desclassificação ou inabilitação do licitante. Protocolo nº 21.689.135-0 GMS nº 612/2024 (página 13 de 13)

**12.6.** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

**12.7.** Os documentos deverão ser apresentados em via original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor do órgão que promove a licitação, por publicação em órgão de imprensa oficial ou, ainda, por cópia acompanhada do respectivo original. O pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

**12.8.** O pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

**12.9.** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021

**12.10.** O foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação é o da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, com renúncia prévia e expressa dos proponentes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Paranavaí, 02 de agosto de 2024.

**Helena de Oliveira Leite**  
Pró-reitora de Administração e  
Finanças  
Portaria nº 998/2023

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 OBJETO**

**1.1** O objetivo desta aquisição é a contratação de uma empresa para a prestação de serviços especializados em seguros de veículos, com foco na cobertura abrangente dos veículos pertencentes à frota da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). A contratação de seguros visa garantir a segurança e a proteção dos veículos contra diversos tipos de danos, incluindo roubo, furto, incêndio, colisão e outros sinistros. Essa medida tem como objetivo principal garantir a integridade dos veículos institucionais e a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas da universidade:

<b>Lote 1 (Ampla Concorrência) *</b>				
<b>GMS</b>	<b>Descrição do serviço</b>	<b>Quantidades</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total Anual Máximo</b>
0120.51616	Serviço de seguro para veículos oficiais, UNID. DE MEDIDA: Unitário (SEDANS)	9	R\$ 4.417,48 (quatro mil e quatrocentos e dezessete reais e quarenta e oito centavos)	R\$ 39.757,32 (trinta e nove mil e setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos)
			<b>VALOR MÁXIMO</b>	<b>R\$ 39.757,32</b>

<b>Lote 2 (Ampla Concorrência) *</b>				
<b>GMS</b>	<b>Descrição do serviço</b>	<b>Quantidades</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total Anual Máximo</b>
0120.51616	Serviço de seguro para veículos oficiais, UNID. DE MEDIDA: Unitário (VAN)	1	R\$ 5.666,04 (cinco mil e seiscentos e sessenta e seis reais e quatro centavos)	R\$ 5.666,04 (cinco mil e seiscentos e sessenta e seis reais e quatro centavos)
			<b>VALOR MÁXIMO</b>	<b>R\$ 5.666,04</b>



### Lote 3 (Ampla Concorrência)\*

GMS	Descrição do serviço	Quantidades	Valor Unitário	Valor Total Anual Máximo
0120.51616	Serviço de seguro para veículos oficiais, UNID. DE MEDIDA: Unitário (PICAPE)	1	R\$ 8.537,53 (oito mil e quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e três centavos)	R\$ 8.537,53 (oito mil e quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e três centavos)
			<b>VALOR MÁXIMO</b>	<b>R\$ 8.537,53</b>

#### Ampla Concorrência com ressalvas ao item 5.1\*

DETALHAMENTO DOS VEÍCULOS					
Item	Unidade Adm	Veículo	Marca	Placa	Preço Máximo
1	Campus de Apucarana	Hyundai New HB20 1.0 TGDI AT Comfort Plus	Hyundai	SFA-3C01	R\$ 4.417,48
2	Campus de Campo Mourão	Hyundai New HB20 1.0 TGDI AT Comfort Plus	Hyundai	SFA-3B56	R\$ 4.417,48
3	Campus de Curitiba I	Hyundai New HB20 1.0 TGDI AT Comfort Plus	Hyundai	SFA-3B90	R\$ 4.417,48
4	Campus de Curitiba II	Hyundai New HB20 1.0 TGDI AT Comfort Plus	Hyundai	SFA-3B94	R\$ 4.417,48
5	Campus de Paranaguá	Hyundai New HB20 1.0 TGDI AT Comfort Plus	Hyundai	SEZ-3B85	R\$ 4.417,48
6	Campus de Paranavaí	Hyundai New HB20 1.0 TGDI AT Comfort Plus	Hyundai	SFA-3C14	R\$ 4.417,48
7	Sede da Reitoria (Paranavaí)	Hyundai New HB20 1.0 TGDI AT Comfort Plus	Hyundai	SFA-3B45	R\$ 4.417,48
8	Campus de União da Vitória	Hyundai New HB20 1.0 TGDI AT Comfort Plus	Hyundai	SFA-3B51	R\$ 4.417,48
9	Escritório Operacional Reitoria (Curitiba)	Hyundai New HB20 1.0 TGDI AT Comfort Plus	Hyundai	SFI-5I53	R\$ 4.417,48
10	Campus de Paranavaí	Novo Ducato Executivo 2.2	Fiat	SFE-3G18	R\$ 5.666,04

**Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR**

Avenida Rio Grande do Norte, 1525 | Paranavaí-Paraná | Telefone: (44) 3482-3200

<b>11</b>	Campus de Paranaguá	Toro Freed T270 AT6	Fiat	SEW-9H30	R\$ 8.537,53
-----------	------------------------	---------------------	------	----------	--------------

## 1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### 1.2.1 Descrição dos Serviços Prestados:

**1.2.1.1** Contratação de seguro abrangente para a frota de veículos institucionais da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

**1.2.1.2** • 9 veículos sedans 2023/2024 NEW HB20S 1.0 TGDI AT COMFORT PLUS no valor de R\$ 106.875,00 cada um, destinado um para cada campus e 2 para a reitoria

• 1 veículo tipo van 2023/2024 FIAT NOVO DUCATO EXECUTIVO 2.2 para 17 pessoas no valor de R\$ 318.000,00, destinada ao Campus e reitoria de Paranavaí

• 1 veículo tipo camionete 2023/2024 FIAT/TORO FREED T270 AT6 no valor de R\$ 169.118,00 para o Campus de Paranaguá – Projeto Paraná Mais Orgânico.

#### 1.2.1.3

limite máximo

<b>COBERTURAS</b>	<b>Limite Máximo de Indenização</b>
Casco - Colisão, Incêndio, Roubo e Furto	100% tabela FIPE
RCFA - Danos Materiais	500.000,00
RCFA - Danos Corporais	500.000,00
RCFA - Danos Morais/Estéticos	50.000,00
APP - Morte (por passageiro)	50.000,00
APP - Invalidez (por passageiro)	50.000,00
Assistência 24h	Completa
Carro Reserva - total de dias	30 dias
RCFA - Objetos Transportados pelo Veículo	50.000,00

Coberturas e  
de indenização:

### 1.2.2 Especificações Técnicas Detalhadas:

#### 1.2.2.1 Cobertura Abrangente:

A seguradora selecionada deve oferecer uma cobertura completa que inclua danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, bem como proteção contra roubo, furto, incêndio, colisão e outros sinistros.

#### 1.2.2.2 Assistência 24 horas:

A seguradora deve fornecer assistência 24 horas para atendimento a sinistros, incluindo serviços de guincho, socorro mecânico, transporte alternativo, entre outros, visando garantir a mobilidade contínua dos veículos.

#### 1.2.2.3 Cláusulas Específicas para Veículos Institucionais:

A apólice de seguro deve contemplar cláusulas específicas para veículos institucionais, considerando o perfil de uso desses automóveis, que frequentemente transitam entre diferentes campi e realizam viagens para atividades de pesquisa, extensão e ensino.

#### 1.2.2.4 Atendimento Ágil e Eficiente:

A seguradora contratada deve oferecer um atendimento ágil e eficiente em caso de sinistro, com procedimentos simplificados para abertura de sinistro, análise e resolução de pendências, garantindo a rápida retomada das atividades envolvendo os veículos segurados.

#### 1.2.2.5 Relatório de Sinistros e Gestão de Riscos:

A seguradora deve disponibilizar relatórios periódicos de sinistros e oferecer serviços de gestão de riscos, auxiliando a universidade na identificação e mitigação de potenciais ameaças à segurança dos veículos e seus ocupantes.

#### 1.2.2.6 Prazo e Renovação da Apólice:

**Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR**

Avenida Rio Grande do Norte, 1525 | Paranavaí-Paraná | Telefone: (44) 3482-3200

O contrato de seguro deve estabelecer claramente o prazo de vigência da apólice, bem como os procedimentos e condições para sua renovação, garantindo a continuidade da proteção dos veículos da UNESPAR de forma transparente e eficaz.

#### 1.2.2.7 Local de risco:

Lista-se como locais de risco potenciais, as cidades citadas em tabelas com detalhamentos dos veículos, assim como os trajetos intermunicipais entre esses campi e demais cidades do estado.

#### 1.2.3 Considerações Finais:

A presente contratação requer 11 apólices de seguro abrangente para os veículos da frota institucional da UNESPAR, conforme especificado nos veículos adquiridos recentemente. Essas especificações técnicas garantem a segurança, conformidade legal e eficiência na gestão dos recursos públicos da universidade.

## 2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A necessidade de contratação de seguro para a frota de veículos da UNESPAR surge da responsabilidade da instituição em garantir a segurança dos seus bens patrimoniais e a proteção dos seus membros contra eventuais danos ou incidentes durante o uso dos veículos.

### 1. Proteção do Patrimônio Institucional:

- O seguro para a frota de veículos da UNESPAR visa proteger o patrimônio da instituição, fornecendo cobertura contra danos materiais causados por acidentes, roubo, furto ou outros eventos imprevistos.

### 2. Segurança dos Membros da Comunidade Universitária:

- A contratação do seguro busca garantir a segurança dos membros da comunidade universitária, incluindo docentes, discentes, funcionários e visitantes, proporcionando assistência em caso de acidentes ou emergências durante o uso dos veículos.

### 3. Conformidade com a Legislação de Trânsito:

- O seguro para a frota de veículos da UNESPAR é uma medida essencial para garantir a conformidade com as normas e regulamentações de trânsito, assegurando que a instituição esteja em conformidade com a legislação vigente.

### 4. Continuidade das Atividades Institucionais:

- A cobertura de seguro oferece garantia de continuidade das atividades institucionais, minimizando os impactos negativos de eventuais incidentes nos veículos sobre as operações da universidade.

### 5. Decisão Estratégica para Proteção do Patrimônio:

- A contratação do seguro é uma decisão estratégica para proteger o patrimônio da UNESPAR, garantindo que os investimentos realizados na aquisição e manutenção dos veículos sejam protegidos contra perdas financeiras significativas.

### 6. Responsabilidade na Gestão de Recursos Públicos:

- A contratação de seguro reflete o compromisso da instituição com a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, assegurando que os investimentos realizados na frota de veículos sejam protegidos e utilizados de maneira eficiente e sustentável.

### 7. Alinhamento aos Princípios da Administração Pública:

Essa contratação está em conformidade com os princípios da Administração Pública, tais como legalidade, eficiência, economicidade e transparência, garantindo que a decisão de contratar seguro para a frota de veículos seja baseada em critérios técnicos e normativos que visam o interesse público e o bem-estar da comunidade universitária.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

A contratação dos serviços especializados em seguro para a frota de veículos da UNESPAR é uma necessidade estratégica alinhada à intenção da administração de garantir a segurança dos bens institucionais e a proteção dos membros da comunidade acadêmica.

A demanda surge da responsabilidade da instituição em assegurar a proteção adequada dos veículos utilizados nas atividades acadêmicas e administrativas, visando minimizar os riscos e custos associados a possíveis danos, acidentes ou incidentes durante o uso dos veículos.

O embasamento para essa necessidade é reforçado pela importância crucial dos veículos para a operação eficiente da instituição, sendo utilizados para diversas finalidades, como deslocamento de professores, pesquisadores e estudantes, além de apoio logístico para projetos de extensão e pesquisa.

A contratação de uma empresa especializada em seguro de frota de veículos se justifica pela complexidade e especificidade desse tipo de serviço, bem como pela necessidade de garantir cobertura abrangente, atendimento ágil em caso de sinistros e conformidade com as normativas legais vigentes.

A decisão de contratar uma empresa especializada é tomada em conformidade com os princípios que regem a administração pública, visando garantir eficiência, transparência e economicidade na gestão dos recursos públicos.

Portanto, a contratação de seguro para a frota de veículos da UNESPAR é uma medida essencial para garantir a segurança e integridade dos bens institucionais, contribuindo para o bom funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas da instituição.

#### **4. PESQUISA DE PREÇOS**

A seleção da empresa responsável pelos serviços de seguro para a frota de veículos da UNESPAR será conduzida por meio de uma pesquisa de preços direta, em estrita conformidade com as disposições legais estabelecidas no Decreto n.º 10.086, de 2022, em particular o inciso IV do art. 368 e seguintes. Essa abordagem é fundamentada nos princípios da administração pública, visando primordialmente a transparência, competitividade e economicidade no processo de contratação.

A realização da pesquisa de preços direta possibilitará uma análise criteriosa das propostas apresentadas por empresas confiáveis e especializadas em seguro de frota de veículos. Esse método garante que a universidade obtenha a melhor relação custo-benefício para os serviços necessários, assegurando qualidade e eficiência na cobertura dos veículos, conforme as especificações técnicas previamente definidas.

Ao seguir rigorosamente as diretrizes estabelecidas no Decreto e nas normativas aplicáveis, a UNESPAR reforça seu compromisso com a legalidade e promove um processo de contratação ágil e alinhado com as exigências vigentes para o seguro da frota de veículos. Dessa forma, a seleção de seguradoras qualificadas e capazes de atender às necessidades específicas da universidade torna-se uma garantia.

A adoção desse método não apenas evidencia o cuidado da UNESPAR pela transparência, eficiência e economicidade na gestão de recursos públicos, mas também destaca o comprometimento da instituição em buscar resultados que atendam integralmente às suas necessidades de forma responsável e sustentável. Este enfoque estratégico reforça a seriedade da universidade na condução de processos de contratação que agregam valor e efetividade aos serviços prestados em prol da comunidade acadêmica, garantindo a segurança e integridade da frota de veículos.

#### **5. PARCELAMENTO DO OBJETO**

A UNESPAR adotou uma abordagem estratégica ao selecionar as seguradoras responsáveis pelos serviços de seguro para a frota de veículos da instituição, optando por dividir a contratação em três lotes distintos, cada um correspondente a um modelo diferente de veículo. Essa decisão foi orientada pela busca de uma coordenação mais eficiente e uma implementação coesa dos serviços, com o objetivo de promover sinergia entre as diferentes fases do projeto.

A divisão em três lotes é uma medida destinada a otimizar a gestão do serviço, simplificando a comunicação, coordenação e execução das atividades para cada modelo de veículo. Essa abordagem visa garantir uma integração mais fluida entre os serviços, promovendo eficiência operacional e minimizando possíveis desafios decorrentes da coordenação entre diferentes provedores de seguro para cada lote.

Além disso, a escolha de uma única seguradora para cada lote, quando o lote envolve mais de uma unidade do mesmo modelo de veículo, proporciona uma responsabilização mais direta e centralizada, facilitando o acompanhamento e a fiscalização por parte da UNESPAR. Essa estratégia contribui para uma maior agilidade na resolução de eventuais desafios, assegurando que os prazos e padrões de qualidade estabelecidos sejam rigorosamente cumpridos.

Assim, a decisão de contratar diferentes seguradoras, mas mantendo a centralização por modelo de veículo, reflete a busca da UNESPAR por uma abordagem eficiente e integrada na execução dos serviços, visando uma implementação harmoniosa e bem-sucedida dessa contratação destinada ao seguro da frota de veículos. Essa estratégia reforça o compromisso da universidade em assegurar a segurança e integridade de sua frota por meio de uma contratação estratégica e vantajosa para o estado.

#### **Justificativas para a Escolha de uma Única Seguradora na Cobertura da Frota de Veículos:**

A seguir, destacamos as razões estratégicas e operacionais que embasam a decisão da UNESPAR de optar por dividir a contratação em três lotes, visando garantir eficiência, qualidade e transparência no serviço prestado.

1. **Coordenação Integrada:** Dividir a contratação em lotes permite uma coordenação integrada dos serviços para cada modelo de veículo, garantindo uma execução coesa e eficiente das intervenções planejadas.
2. **Simplificação da Comunicação:** A escolha de uma seguradora por lote simplifica a comunicação dentro de cada lote, reduzindo potenciais barreiras na troca de informações e facilitando a resolução rápida de questões operacionais.
3. **Eficiência Operacional:** A integração dos serviços sob a responsabilidade de uma única seguradora para cada lote promove uma eficiência operacional significativa, evitando atrasos e possíveis conflitos entre diferentes prestadores de serviço.
4. **Responsabilização Centralizada:** Ao designar uma única seguradora por lote, a responsabilização pelo êxito do serviço fica centralizada dentro de cada lote, facilitando a fiscalização e acompanhamento por parte da UNESPAR.
5. **Rapidez na Tomada de Decisões:** A concentração dos serviços em uma única seguradora por lote agiliza o processo de tomada de decisões, permitindo uma resposta mais rápida a eventuais desafios que possam surgir durante a execução do projeto.
6. **Garantia de Padronização:** A escolha de uma única seguradora por lote contribui para a padronização na execução dos serviços, assegurando que todas as etapas do projeto sigam diretrizes uniformes e atendam aos requisitos específicos da UNESPAR.
7. **Melhor Controle de Qualidade:** A centralização dos serviços em uma única seguradora por lote facilita o controle de qualidade, permitindo uma supervisão mais efetiva e garantindo que os padrões estabelecidos pela UNESPAR sejam rigorosamente mantidos.
8. **Redução de Complexidade Administrativa:** A abordagem de contratar uma seguradora por lote simplifica a complexidade administrativa associada à gestão de múltiplos contratos e prestadores de serviço, proporcionando uma gestão mais eficaz e econômica do serviço.
9. **Facilitação do Cumprimento de Prazos:** A concentração dos serviços em uma única seguradora por lote contribui para a facilitação do cumprimento de prazos estabelecidos, garantindo a execução oportuna e pronto atendimento das demandas do setor.
10. **Otimização de Recursos Financeiros:** A escolha de uma única seguradora por lote para a execução dos serviços visa otimizar recursos financeiros, eliminando a necessidade de coordenar orçamentos e contratos de diferentes fornecedores.



Em conclusão, a decisão de escolher diferentes seguradoras para a cobertura da frota de veículos da UNESPAR, organizando a contratação em três lotes distintos por modelo de veículo, reflete uma abordagem estratégica alinhada com a busca pela eficiência operacional, controle de qualidade e simplificação administrativa. A integração dos serviços sob a responsabilidade de uma única entidade para cada lote proporcionará uma coordenação harmoniosa, contribuindo para o sucesso da gestão e segurança da frota de veículos. Essa decisão, embasada em justificativas robustas, destaca o compromisso da instituição com a eficácia, transparência e otimização de recursos na condução de seus projetos, compras e contratações.

## 6. SUSTENTABILIDADE

A escolha da seguradora para fornecer serviços de seguro para a frota de veículos da UNESPAR também está intrinsecamente ligada a considerações de sustentabilidade, demonstrando o compromisso da instituição com práticas responsáveis e conscientes. Algumas das principais questões de sustentabilidade envolvidas nesse processo incluem:

### 1. Eficiência Energética e Emissões de Carbono:

- A seguradora contratada será incentivada a adotar práticas que promovam a eficiência energética em suas operações, reduzindo as emissões de carbono associadas ao gerenciamento da frota de veículos segurados.

### 2. Gestão Responsável de Sinistros:

- Durante o processo de sinistros, a seguradora será orientada a adotar práticas que minimizem o impacto ambiental, priorizando soluções que reduzam o desperdício e promovam a reciclagem de materiais.

### 3. Uso de Tecnologias Sustentáveis:

- Será incentivado o uso de tecnologias sustentáveis na prestação de serviços de seguros, como o uso de sistemas digitais para reduzir o consumo de papel e a emissão de resíduos.

### 4. Transparência e Ética:

- A UNESPAR buscará seguradoras que demonstrem compromisso com práticas éticas e transparentes, garantindo que os processos de sinistros sejam conduzidos de maneira responsável e em conformidade com as normas ambientais e legais.

### 5. Educação e Conscientização:

- A seguradora será incentivada a promover a educação e conscientização sobre questões ambientais entre seus clientes, incluindo a UNESPAR, visando aumentar a compreensão dos impactos ambientais do setor de seguros e incentivar práticas mais sustentáveis.

### 6. Inovação e Desenvolvimento Sustentável:

- Será valorizada a parceria com seguradoras que investem em inovação e desenvolvimento de produtos e serviços sustentáveis, contribuindo para a transição para uma economia mais verde e resiliente.

Ao considerar essas questões de sustentabilidade, a UNESPAR busca garantir que a contratação de serviços de seguro para sua frota de veículos não apenas atenda às suas necessidades operacionais, mas também promova a proteção do meio ambiente e o bem-estar da comunidade em geral.

## 7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A UNESPAR reafirma seu compromisso com a promoção da inclusão econômica e o estímulo ao desenvolvimento regional. No entanto, gostaríamos de informar que o processo de contratação do seguro para veículos da frota da universidade seguirá uma abordagem que restringirá a participação de seguradoras com base no porte, excluindo microempresas ou empresas de pequeno porte (ME/EPP/MEI).



Essa medida se baseia na legislação brasileira que regula o mercado de seguros. As microempresas e empresas de pequeno porte não podem ser sociedades seguradoras, nem podem participar de processos de licitação que visem contratar seguro, em qualquer modalidade. Conforme exigência da legislação brasileira, a seguradora deve ser uma pessoa jurídica, empresa constituída sob a forma de Sociedade Anônima, atuando mediante autorização administrativa.

Neste sentido, é necessário pontuar o disposto no artigo 24 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, que assim se manifesta:

**Art. 24** - Poderão operar em seguros privados apenas Sociedades Anônimas ou Cooperativas, devidamente autorizadas.

**Parágrafo único** - As Sociedades Cooperativas operarão unicamente em seguros agrícolas, de saúde e de acidentes do trabalho.

Quanto ao tema, é também relevante destacar o contido no artigo 3º, § 4º, inciso VIII, da Lei Complementar n.º 123/06, que decreta:

**Art. 3º** - Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

**§ 4º** - Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

**VIII** - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar.

Portanto, a seleção da seguradora para cobrir a frota de veículos da UNESPAR será conduzida considerando apenas seguradoras de médio e grande porte, em conformidade com as exigências legais.

Justificativa para Restrição de Fornecedores:

1. **Conformidade Legal:** A legislação brasileira impede que microempresas e empresas de pequeno porte atuem como seguradoras ou participem de processos licitatórios para contratação de seguros.
2. **Natureza do Serviço:** O serviço de seguro para veículos envolve uma ampla gama de riscos e coberturas, o que geralmente requer a expertise e os recursos de seguradoras de médio a grande porte para fornecer uma proteção eficaz e abrangente.
3. **Garantia de Qualidade:** Seguradoras de médio e grande porte geralmente possuem experiência e capacidade financeira para lidar com sinistros e fornecer serviços de qualidade, garantindo assim a segurança e proteção adequadas para a frota de veículos da UNESPAR.
4. **Eficiência na Contratação:** Ao limitar a participação a seguradoras de médio e grande porte, o processo de contratação torna-se mais eficiente, permitindo que a UNESPAR selecione a melhor oferta com base em critérios como cobertura, preço e qualidade dos serviços oferecidos.

Responsabilidade Institucional: A UNESPAR reitera seu compromisso com a transparência, a eficiência e a responsabilidade na contratação de serviços, garantindo que o processo de seleção da seguradora para cobrir a frota de veículos da universidade seja conduzido de maneira justa e imparcial, em conformidade com as melhores práticas e diretrizes estabelecidas para o setor.

## 8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

Os serviços abrangidos por esta contratação são categorizados como serviços comuns, uma vez que apresentam especificações usuais de mercado e estão alinhados com padrões de qualidade predefinidos pelo setor, conforme estipulado pelo inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. Essa classificação destaca a natureza padronizada e amplamente reconhecida desses serviços, facilitando a compreensão de que os mesmos atendem a critérios estabelecidos pelo mercado, promovendo eficácia e eficiência na execução do projeto.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

### **9.1 São obrigações do fornecedor:**

**9.1.1** efetuar a execução do serviço em perfeitas condições, conforme especificações e prazo constantes neste termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão descrições do serviço;

**9.1.2** responsabilizar-se pelos vícios, incluindo ocultos, e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

**9.1.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o serviço que tenha acarretado em avarias ou defeitos;

**9.1.4** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de início dos serviços, incluindo os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**9.1.5** indicar preposto para representá-lo durante a execução dos serviços, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do serviço;

**9.1.6** manter durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;

**9.1.7** manter atualizados os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**9.1.8** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do serviço;

**9.1.9** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando houver:

**9.1.9.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**9.1.9.2** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do serviço ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**9.1.9.3** aumento das quantidades inicialmente previstas neste Termo, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

### **9.2 São obrigações da Contratante:**

**9.2.1** receber os serviços no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**9.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor, de acordo com as especificações presentes neste Termo de Referência e os termos de sua proposta;

**9.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido, com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**9.2.4** comunicar ao representante do fornecedor, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no sistema, fixando prazo para a sua correção;

**9.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**9.2.6** efetuar o pagamento ao fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo de referência;

**9.2.7** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo fornecedor, no que couber;

**9.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do serviço, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do serviço acordado;

**9.2.9** ressarcir o fornecedor, nos casos de extinção de acordo por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e efetuar os pagamentos devidos pela execução do serviço até a data de execução e pelo custo de eventual desmobilização;

**9.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

9.2.11 prestar as informações e responder os questionamentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

## 10. FORMA DE PAGAMENTO

**10.1** O pagamento dos serviços de prestação de seguros automotivos deverá ser realizado mensalmente e em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do fornecedor em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**10.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal ou no fornecimento dos serviços.

**10.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**10.3** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**10.4** As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná), CNPJ 05.012.896/0001-42, Avenida Rio Grande do Norte, n.º 1.525 – Paranavaí / Paraná – CEP 87.701-020, constando descrição detalhada dos serviços executados.

**10.5** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## 11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

**11.1** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos adquiridos por meio de licitação, conforme disciplinado em lei, no edital e na minuta do contrato.

**11.2** Prova de atendimento aos requisitos de regularidade nas receitas estadual e federal e em outros órgãos e agências públicas reguladoras previstos na lei, conforme disciplinado no edital e na minuta do contrato.

## 12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

**12.1** É admissível a continuidade do serviço quando houver fusão, cisão ou incorporação do fornecedor com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de qualificação exigidos neste Termo de Referência; e

b) não haja prejuízo à execução do serviço pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade da execução dos serviços.

### **13. SUBCONTRATAÇÃO**

**13.1** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na compra ou atue na fiscalização ou na gestão do serviço, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

**14.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação estipulada pela UNESPAR na Fonte do Tesouro ou Fonte própria.

### **15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O proponente e o fornecedor que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

### **16. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.**

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

**Curitiba, 30 de julho de 2024**

**Lucas Berthier Cardoso**

**Diretoria Administrativa - DIRAD / PRAF**

**Portaria nº 1285/2022 - Reitoria/UNESPAR**

**Responsável pela elaboração do Termo de Referência**

**ANEXO II**  
**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital.

1. **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado:
- Apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;
  - Substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;
  - Dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor indicado no inciso III do art. 70 da Lei n.º 14.133/2021.

Os licitantes que não estiverem inscritos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverão apresentar TODOS os documentos relacionados a seguir:

**1.1. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

**1.2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**1.3. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:** O fornecedor deverá encaminhar:

- 1.3.1.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 1.3.2.** Para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 1.3.3.** Os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
  - 1.3.3.1.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 1.3.4.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

Ativo Circulante

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

Avenida Rio Grande do Norte, 1525 | Paranavaí-Paraná | Telefone: (44) 3482-3200



Protocolo nº 18.196.177-5  
LC = -----; e  
Passivo Circulante

GMS nº 23/2023 (página 26 de 51)

- 1.3.5.** As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a **1,00** no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a **1,00** no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a **1,00** no índice de Liquidez Corrente (LC).
- 1.3.5.1.** As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido, no mínimo, de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- 1.3.6.** As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.
- 1.4. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:** 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).
- 1.5. DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO (Anexo VI).**
- 1.6. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).**
- 1.7.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 1.8.** Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 1.9.** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.
- 1.10.** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



**ANEXO III**  
**MODELO DESCRITIVO DA PROPOSTA COMERCIAL**

DADOS DO FORNECEDOR		
Nome Empresarial:		
Nome Fantasia:		
CNPJ/CPF:	Inscrição Estadual:	
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	Estado:
CEP:	Telefone:	FAX:
E-mail:		
INFORMAÇÃO BANCÁRIA		
Banco:	Agência:	Conta Corrente:

A presente licitação tem por objeto a “contratação de uma ou mais empresas especializadas em prestação de serviços de diplomas digitais para a Universidade Estadual do Paraná– UNESPAR”.

Lote XXXX	Descrição do objeto	Exigências complementar es	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Item 1					R\$	R\$

Aceitamos e concordamos com todas as condições estabelecidas neste Edital nº 90612/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO – Protocolo nº 21.689.135-0 para contratação de empresa para prestação de serviços especializados seguros de veículos, com foco na cobertura abrangente dos veículos pertencentes à frota da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

1. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.
2. A empresa vencedora é responsável por cobrar a qualidade e integridade do serviço durante o período de validade. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar as ações necessárias para garantir a execução dos serviços nos termos do Edital e da legislação vigente.
3. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
4. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
(Nome do representante legal)

**ANEXO IV**  
**MODELO DA PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE:** xxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por xxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade n.º xxxxxxxxxxxx, CPF n.º xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxx, n.º xxxxxxxxxxxx, Cidade xxxxxxxxxxxx, Estado xxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxx.

**OUTORGADO:** xxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade n.º xxxxxxxxxxxx, e do CPF n.º xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxx, n.º xxxxxxxxxxxx, Cidade xxxxxxxxxxxx, Estado xxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxx.

**PODERES:** Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no Pregão Eletrônico n.º 90612/2024, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e Contratos de fornecimento, interpor recursos, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
(Nome do outorgante)

**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

(Timbre ou identificação do licitante)

xxxxxxxxxxx, inscrito no CNPJ n.º xxxxxxxxxxxx por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade n.º xxxxxxxxxxxx e do CPF n.º xxxxxxxxxxxx DECLARA, para os devidos fins, sob as penas da Lei:

**1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

**1.1** Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**1.2.** Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

**3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

**4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

(Carimbo de identificação do licitante)

Representante

**ANEXO VI**  
**MINUTA – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE**  
**SERVIÇOS**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXX]/XXXX GMS**  
**XXXX/XXXX**

**CONTRATANTE:** UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná, com sede Av. Rio Grande do Norte, 1525 - Centro, Paranavaí - PR, 87701-020, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.012.896/0001-42, neste ato representada pela Reitora da Instituição, Profª Drª Salete Paulina Machado Sirino nomeada pelo Decreto Estadual nº 6563/2020, inscrita no CPF sob o n.º 513.XXX.549-20, registrada na carteira de identidade do Registro Geral sob o n.º 3.783.XXX-3/PR.

**CONTRATADO(A):** [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXX, expedido por XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

**FISCAL DO CONTRATO:** Os encargos de fiscalização do fornecimento de bens objeto deste contrato fica a cargo de(a) XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX.

**GESTOR DO CONTRATO:** Os encargos de gestão deste contrato ficam a cargo de(a) XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º XXXX/2024 (protocolo nº 19.482.200-6) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

**1 OBJETO**

[Descrição sucinta do objeto conforme o(s) lote(s) arrematado(s) pela contratante], conforme descrito no Edital.

LOTE 1				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
Item XX		XXX	R\$ -	R\$ -
Valor máximo global do lote:				R\$ -

LOTE 2				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
Item XX		XXX	R\$ -	R\$ -
Valor máximo global do lote:				R\$ -

LOTE 3				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
Item XX		XXX	R\$ -	R\$ -
Valor máximo global do lote:				R\$ -

## 2 FUNDAMENTO

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º XXXX/2024, objeto do processo administrativo n.º 19.482.200-6, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

## 3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO

3.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços (unitários/global) previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

3.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

## 4 REAJUSTE

4.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2001, utilizando-se do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

4.1.1 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

4.1.2 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

4.2 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

4.3.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

4.3.1.1 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

## 5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

## 6 FONTE DE RECURSOS

6.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação orçamentária: XX.XXXX.XX.XXX.XX.XXXX

Elemento da despesa: XXXX-XXXX

Fonte: XXX

## 7 VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base no artigo 107 da Lei 14.133, de 2021.

## 8 PAGAMENTO

8.1 O pagamento dos serviços de prestação de seguros deverá ser realizado mensalmente e em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Edital.

8.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como



enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**8.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**8.3** O prazo estabelecido no item 8.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**8.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**8.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**8.5** O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

**8.6** Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

**8.7** As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná), CNPJ 05.012.896/0001-42, Avenida Rio Grande do Norte, n.º 1.525 – Paranavaí / Paraná – CEP 87.701-020, constando descrição detalhada dos serviços executados.

## 9 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

### 9.1 São obrigações do Contratado:

**9.1.1** Efetuar a execução do serviço em perfeitas condições, conforme especificações e prazo constantes neste Edital, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão descrições do serviço;

**9.1.2** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

**9.1.3** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Edital, o serviço que tenha acarretado em avarias ou defeitos;

**9.1.4** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de início dos serviços, incluindo os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**9.1.5** Obedecer às diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), bem como aos critérios operacionais regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, ambas criadas pelo Decreto lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

**9.1.6** Emitir a apólice de seguro coletivo e os certificados individuais e nominais à totalidade de segurados, prestando assistência total ao beneficiário, independente do Campus em que estiver matriculado, nos termos contratados.

**9.1.7** Emitir documento (apólice de seguro e certificados nominais individuais), no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do cadastro ou inclusões dos segurados, que contenha os dados do seguro, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas vigência do seguro, condições gerais e específicas da contratação).

**9.1.8** Informar, quando da emissão da apólice ou certificado, como agir em casos de acidentes, telefone, fax, email e nome da pessoa para contato, em caso de ocorrência de sinistro, bem como prazo e local para recebimento do seguro.

**9.1.9** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

**9.1.10** Indicar preposto para representá-lo durante a execução dos serviços, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do serviço assim como prestar assistência em tempo integral, informando o número telefônico para contato com o funcionário indicado, tornando possível o atendimento ao segurado em qualquer das Cidades que possuam Campus da UNESPAR;

**9.1.11** Indenizar, em caso de sinistro, aos alunos dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega de toda documentação necessária;

**9.1.12** O Plano de Seguro deverá conter todos os elementos mínimos obrigatórios regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP);

**9.1.13** Manter cadastro junto à SUSEP, possibilitando a consulta por parte do segurado a qualquer tempo;

**9.1.14** Os planos de seguro devem estar registrados na SUSEP;

**9.1.15** Apresentar, a cada mês, documento de cobrança, acompanhado de relatório contendo o nome de todos os segurados;

**9.1.16** Manter durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas neste Edital;

**9.1.17** Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**9.1.18** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**9.1.19** Manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas;

**9.1.20** Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**9.1.21** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

**9.1.21.1** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver;

**9.1.21.2** Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**9.1.21.3** Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**9.1.21.4** Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

**9.1.21.5** Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

**9.1.21.6** Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

## **9.2 São obrigações do Contratante:**

**9.2.1** Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas neste Edital;

**9.2.2** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no Edital, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

**9.2.3** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

**9.2.4** Comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**9.2.5** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

**9.2.6** Efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

**9.2.7** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

**9.2.8** Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**9.2.9** Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando

houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**9.2.10** Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**9.2.11** Prestar informações sobre os dados dos alunos para a Contratada e quaisquer esclarecimentos necessários para o bom desempenho dos serviços;

**9.2.12** Prestar as informações e responder os questionamentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

## **10. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**10.1** Fica a empresa contratada dispensada da apresentação de garantia execução.

## **11 PENALIDADES**

**11.1** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**11.2** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a. Multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b. Multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c. Multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**11.3** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**11.4** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

**11.4.1** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**11.5** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**11.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**11.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**11.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**11.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**11.10** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

## **12 CASOS DE EXTINÇÃO**

**12.1** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

**12.2** Constituem motivo para extinção do contrato:

**12.2.1** O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

**12.2.2** O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

**12.2.3** A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

**12.2.4** O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**12.2.5** A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**12.2.6** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

**12.2.7** O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

**12.2.8** O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

**12.2.9** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

**12.2.10** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

**12.2.11** A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

**12.2.12** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**12.2.13** A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

**12.2.14** Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

**12.2.15** A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

**12.2.16** A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

**12.2.17** O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

**12.2.18** A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

**12.2.19** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

**12.2.20** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

**12.2.21** A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

**12.2.22** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

**12.3** O presente instrumento poderá ser extinto:

**12.3.1** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**12.3.2** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**12.3.3** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**12.4** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**12.5** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

**12.6** O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

### **13 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

**13.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**13.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

**13.2.1** sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**13.2.2** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

**13.2.3** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**13.3** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

**13.4** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

### **14 DA SUBCONTRATAÇÃO**

**14.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **15 DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**15.1** O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

**15.2** O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

**15.3** Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

**15.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

**15.5** O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

**15.6** O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**15.7** O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

**15.8** O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**15.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**15.10** O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.



**15.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

**15.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**15.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**15.14** O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

**15.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

**15.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

**15.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

## **16 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

**16.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**16.3** O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

**16.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data.

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:



**ANEXO VII DECLARAÇÃO LGPD.**

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade de n.º XXXXXXXX e do registro no CPF sob o n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**